

APRESENTAÇÃO

Edmundo Jarquín*

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tem o prazer de apresentar à consideração dos estudiosos do assunto da reforma do Estado os resultados de cinco estudos, realizados sob a coordenação do CLAD, com o patrocínio do banco por meio do Projeto de Cooperação Técnica para a Melhoria da Administração Pública na América Latina e no Caribe.

O projeto aborda, em diferentes perspectivas, o processo de controle da gestão da administração pública na América Latina e o impacto que tiveram sobre ela as reformas introduzidas nas duas últimas décadas do século XX. Encontra um balanço positivo quanto ao avanço obtido, mas observa que os mecanismos próprios da “responsabilização” (palavra que os autores utilizam como equivalente ao termo inglês *accountability*) não se desenvolveram do mesmo modo e que ainda persistem questões não-resolvidas.

O assunto é enfocado por cinco tipos de “responsabilização”, tipificando cada um deles com base em estudos realizados por diferentes consultores, identificando os avanços e as limitações de cada tipo de “responsabilização” e propondo formas concretas para a sua abordagem integral. Vale a pena mencionar alguns aspectos nesta nota introdutória para enfatizar as conclusões principais.

Em primeiro lugar, destaca-se nos estudos “a necessidade de transformar o modelo e estilo de gestão da administração pública para orientá-la em direção a uma maior flexibilidade, à descentralização, à individualização das responsabilidades e à aplicação de princípios éticos na gestão pública”. Todas essas preocupações foram compartilhadas pelos estudiosos da reforma do Estado nos organismos multilaterais de financiamento ao desenvolvimento, para conhecer a fundo as lições deixadas em nossos países pelos principais atores da gestão pública, em especial no alto escalão dos governos, para extrair delas elementos que permitam contribuir com idéias para a transformação do modelo e estilo de gestão.

Em segundo lugar, assinala-se a necessidade de produzir importantes modificações no sistema político para melhorar a representação nos corpos

* Chefe da Divisão de Estado e Sociedade Civil do Departamento de Desenvolvimento Sustentável do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

deliberativos. Essas modificações devem ser voltadas para facilitar a participação política dos cidadãos e abrir novos canais de participação social nos parlamentos. Quanto a esse aspecto, o estudo mostra que o BID está levando a cabo vários projetos de fortalecimento dos parlamentos e dotando-os de ferramentas que lhes permitam exercer um verdadeiro “controle parlamentar” da gestão do governo.

Em terceiro lugar, destaca-se com ênfase “a responsabilidade pelo controle social” e as diversas formas que ela pode assumir, assim como a necessidade de dotar a cidadania de mecanismos para exercer esse controle. O documento focaliza a atenção em dois aspectos fundamentais: o primeiro refere-se à necessidade de dotar recursos em forma direta ou indireta para que a sociedade possa exigir a prestação de contas por parte da administração pública com independência; o segundo diz respeito à criação de oportunidades para exercer esse controle. Este último ponto significa o fortalecimento da sociedade civil em suas distintas facetas, para que ela possa enfrentar essa nova tarefa. Nesse campo, o BID tem estado muito ativo nos últimos anos, estimulando a incorporação nos projetos de componentes de desenvolvimento da sociedade civil.

Em quarto lugar, deve-se assinalar que não bastam as reformas legais para modificar o paradigma burocrático e que se requer a sensibilização e a capacitação dos funcionários para que possam operar no novo modelo. Este ponto não só é compartilhado pelo BID como também se constitui numa das preocupações fundamentais da atividade diária da instituição. Em cada projeto, a capacitação e a reconversão do funcionário constituem uma prioridade particular.

Muito importante é o que se assinala em relação à necessidade de estabelecer metas que permitam comparar os resultados alcançados com o que foi proposto, especialmente quando se discorre sobre serviços públicos vitais para a população. “A responsabilização por competição administrada” adquire um grande relevo, principalmente quando se leva em conta a equidade nos processos de reforma e o seu impacto nas populações de menor renda e na erradicação da pobreza.

O documento aponta para uma conclusão que compartilhamos plenamente: “Não são suficientes as reformas legais, é necessário atuar igualmente no aspecto cultural que dá base à ação dos burocratas, dos políticos e da própria sociedade”, vinculando estreitamente, dessa maneira, a “responsabilização” na gestão da administração pública à democratização na América Latina.

Sem dúvida, as contribuições deste estudo irão constituir uma referência obrigatória para que as pessoas reflitam no sentido de criar um sistema integrado de “responsabilização”, que articule suas diferentes formas na busca de uma administração pública mais eficiente e transparente.